

HABEAS CORPUS Nº 547.963 - PR (2019/0353722-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCELO DE SOUZA
ADVOGADO : MARCELO DE SOUZA - PR048940
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : BIANCA DE CASSIA MARTINS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de BIANCA DE CASSIA MARTINS contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 0059215-22.2019.8.16.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que a Paciente foi denunciada como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque "trazia consigo, para fins de comercialização, 02g (dois gramas), distribuídos em 18 (dezoito) pedras, da substância entorpecente popularmente conhecida como **Crack**" (fl. 364).

Após a apresentação de defesa prévia pelo Defensor Dativo, o Juízo de primeira instância recebeu a denúncia e afastou pleito de indeferimento de pedido de quebra de sigilo telefônico (fls. 393-395).

Diante disso, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, tendo o Relator indeferido o pedido liminar, determinando, porém, expedição de "*ofício ao Juízo de origem informando a necessidade de concessão à Defesa da Paciente de acesso aos fundamentos que justificaram o deferimento da interceptação telefônica*" (fl. 641).

Neste *writ*, sustenta o Impetrante a nulidade da decisão que recebeu a

denúncia, por ausência de fundamentação, pois, ao afastar o pleito de indeferimento da quebra de sigilo telefônico, fez referência a decisão proferida em autos "*dos quais nem a defesa técnica nem o ora paciente tiveram acesso*" (fl. 8).

Aduz que a autoridade ora apontada como coatora, ao garantir à Paciente ciência aos fundamentos que justificaram a instauração da quebra de sigilo telefônico, teria reconhecido a ocorrência de ilegalidade, sem, no entanto, anular a decisão de recebimento da denúncia, em prejuízo da defesa, pois "*não se mostra suficiente somente a ciência dos fundamentos sobre a decisão do incidente de interceptação telefônica (se existentes), mas que a então autoridade coatora (da 3ª Vara Criminal) fundamente sua decisão (podendo até utilizar as fundamentações supostamente já lançadas – motivação per relationem)*" (fl. 12).

Requer, liminarmente, a suspensão da realização de laudo pericial no celular da Paciente, bem como da audiência de instrução e julgamento marcada para o dia 17/03/2020. No mérito, busca a suspensão da "*realização do laudo pericial no celular de propriedade da ora paciente, objeto do pedido da interceptação telefônica, até que se proceda a devida fundamentação para o pedido de interceptação telefônica (doc. 10 em anexo), inclusive apreciando as alegações da defesa técnica constantes na defesa prévia*" (fl. 15).

É o relatório. Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; e AgRg no HC 376.599/SP, Rel.

Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

No caso, como se vê na decisão combatida, não há ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça,

Com efeito, a decisão ora impugnada está assim fundamentada (fls. 640-641):

"O Impetrante relata que a decisão que indeferiu o pedido de encerramento da quebra de sigilo telefônico amparou-se em decisão proferida nos autos nº 0023035-65.2019.8.16.0013 – fundamentação os quais encontram-se em segredo de justiça – per relationem – não tendo sido garantido o acesso aos referidos autos até o presente momento.

Pois bem.

Inicialmente, vale mencionar que em se tratando de réu que responde a processo em liberdade, o remédio constitucional somente é admitido em casos de flagrante ilegalidade o que, a princípio, não se verifica, haja vista que a quebra de sigilo telefônico se encontra amparada por decisão judicial.

Deste modo, não há que se falar em suspensão da realização de laudo pericial no telefone celular de propriedade da Paciente ou, ainda, em suspensão da audiência de instrução e julgamento agendada para 17.03.2020.

Entretanto, à Paciente deve ser garantida a ciência aos fundamentos que justificaram a instauração da quebra de sigilo telefônico, destacando-se que o sigilo de elementos de prova ainda não documentados em procedimento investigatório podem ser resguardados nos termos da Lei nº 9.296/1996 e da súmula vinculante 14, sendo que o Magistrado, caso tenha mencionado nomes e fatos que sirvam à identificação de testemunha sigilosa na decisão, à sua compreensão, poderá promover o acesso com identificadores suprimidos (desde que arquivada cópia integral do documento original, caso necessária consulta futura).

Destaca-se que o Supremo Tribunal Federal sumulou o

entendimento de que é direito do defensor o acesso aos elementos de prova já documentados em procedimento investigatório, veja-se:

Súmula vinculante 14. É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Portanto, indefere-se o pedido liminar, no entanto, deve ser expedido ofício ao Juízo de origem informando a necessidade de concessão à Defesa da Paciente de acesso aos fundamentos que justificaram o deferimento da interceptação telefônica, nos termos acima expostos."

Tais fundamentos não se mostram desarrazoados, sobretudo porque a decisão de recebimento da denúncia (fls. 393-395) não se mostra genérica ou desmotivada e, nos termos da jurisprudência desta Corte, *"A fundamentação sobre as teses defensivas apresentadas antes do recebimento da denúncia deve ser sucinta, limitando-se à admissibilidade da acusação formulada pelo órgão ministerial, evitando-se, assim, o prejulgamento da demanda"* (AgRg no RHC 114.422/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 13/08/2019, DJe 19/08/2019).

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CORRUPÇÃO PASSIVA. NULIDADE DA DECISÃO QUE REJEITOU A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADA. TESES DE MÉRITO QUE NECESSITAM DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A decisão de recebimento da denúncia constitui mero juízo de admissibilidade e possui natureza interlocutória. Nesta fase inicial o juiz fica impedido de incursionar no mérito da causa, sob pena de se antecipar ao julgamento e, por conseguinte, provocar uma nulidade insanável.

2. Não era mesmo de se analisar as teses apresentadas na defesa prévia - ilicitude da interceptação telefônica e do desmembramento do processo -, porquanto configuram preliminares de mérito e não de absolvição sumária.

3. Nos termos da jurisprudência desta Corte, não é imprescindível que o recebimento da denúncia ou a decisão que rejeita o pedido de absolvição sumária se revista de fundamentação exauriente, porém deve ser fundamentada, ainda que de forma concisa, apreciando, quando apresentadas na resposta à acusação, teses relevantes e urgentes, e, se não for o caso, ao menos referindo os pontos aventados

Superior Tribunal de Justiça

pela defesa para, então, fundamentar a necessidade de dilação probatória na análise, o que efetivamente ocorreu no presente caso. Precedentes.

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 435.679/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 04/09/2018; sem grifos no original.)

Diante do que registrado acima – em que não se observa, ao menos *primo icu oculi*, nenhuma teratologia –, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Assim, não há teratologia a ser corrigida. A matéria, como se vê, depende de aprofundamento do próprio mérito do *writ*, devendo-se reservar primeiramente à Corte impetrada sua análise, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Instância *a quo*, mormente porque o remédio constitucional, ao que parece, está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com base nos arts. 34, inciso XVIII, e 210, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora